

13ª JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

MEMÓRIA SOCIAL

CONSTRUINDO A MEMÓRIA SOCIAL A PARTIR DE ÍNDICES DA CONTEMPORANEIDADE: A INSTITUIÇÃO HOSPITAL DE CUSTÓDIA E TRATAMENTO

¹ Uriel Massalves de Souza do Nascimento (PIBIC-CNPq); ² Diana de Souza Pinto (orientadora).

1- Departamento de Filosofia; Faculdade de Filosofia; Centro de Ciências Humanas e Sociais; Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

2- Departamento de Processos Técnico-documentais/Programa de Pós-graduação em Memória Social; Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Apoio Financeiro: CNPQ

Palavras-chave: Heitor Carrilho, Filosofia, Crítica Social.

INTRODUÇÃO

No passado, o Hospital de Custódia e Tratamento Heitor Carrilho funcionava como um abrigo daqueles sobre os quais se pensava que haviam cometido um crime em decorrência da sua loucura. Isso ocorria a partir de uma avaliação psiquiátrica que julgava a possibilidade daquele que havia cometido o crime de avaliar as consequências de sua ação. Constatada a sua impossibilidade de avaliar as consequências de sua ação, era encaminhado a um Hospital de Custódia e Tratamento, sendo o Heitor Carrilho o primeiro dentre os da América Latina. Se outrora a instituição possuía essa função de presídio e hospital, agora a instituição teve seu fim anunciado a partir do decreto 44130 de 2013. Este fim significa, portanto, uma alteração na sua inscrição social, política e funcional, dado que são estas as inscrições às quais uma instituição atende. A partir do texto da chamada Lei Antimanicomial (10216/2001) foram formuladas as resoluções nº 5 de 4 de maio de 2004 e nº 4 de 30 de julho de 2010, do Conselho nacional de política criminal e penitenciária e que estabelecem prazos para o fechamento de instituições dessa natureza. O Hospital passa, então, por um processo de mudança gradual em direção ao seu fechamento. Gradualmente seus internos passam por novas avaliações psiquiátricas do setor de perícia para examinar a possibilidade de serem colocados em circulação social novamente. Os que têm condições menos graves de institucionalização, ou seja, os que parecem ter sucumbido menos a certa heteronomia decorrente de seu período de pura obediência às ordens institucionais são liberados, desde que seu nível de periculosidade seja dado como inexistente pelo perito. A análise do nível de periculosidade objetiva determinar a possibilidade de uma pessoa voltar a cometer atos de violência contra outrem ou contra si mesmo, como se possível fosse ao perito prever certas tendências agressivas em seu paciente. Analisemos este conceito e a que ele propõe enquanto medida para a “segurança social” e a do próprio paciente. Por um lado, deve o psiquiatra prever se o paciente tem a possibilidade de cometer algum ato de violência ou agressividade dali adiante. A previsão se dá baseada no estado presente do interno que, por sua vez, é fruto de um passado que não é sequer considerado enquanto historicidade, sendo historicidade uma forma de olhar a relação entre o sujeito e sua história de modo a colocar em perspectiva histórica os momentos presentes do homem. Em outras palavras, uma forma simples de demonstrar que o homem possui uma história pessoal e uma história enquanto espécie social que produz tradições e que, dentro de algumas dessas tradições infinitas encontra-se este homem particular. Essa compreensão está presente em Gadamer, (2011) por exemplo. No entanto, o que observamos no que tange ao conceito de periculosidade em relação ao passado é que este é visto enquanto um conjunto de acontecimentos que se desfiavam à frente do sujeito, e este agia de acordo com os estímulos que recebia. Como se o humano fosse algum tipo de robô que simplesmente respondesse a inputs, o psiquiatra perito deve não tanto entender e compreender as potencialidades do paciente e auxiliá-lo a lidar com elas, mas sim prever a capacidade de atualização de algumas tendências à agressividade - ou seja, a transformação em ato - dessas potencialidades agressivas. É como se o psiquiatra tivesse de prever a relação entre o sujeito e suas pulsões de morte (Freud, 1930) em um curto espaço de tempo, algo que o próprio Freud só se julgou capaz de fazer após um longo conhecimento do paciente e, mesmo assim, conhecia apenas as representações que levavam à descarga da pulsão de morte, sendo a pulsão, em si mesma, incognoscível. Não obstante essa dificuldade por parte do psiquiatra, há ainda o problema de o paciente não ser de uma instituição psiquiátrica apenas, mas de um manicômio com inscrição jurídica e, portanto, ter cometido um crime e ter passado à tutela da justiça após julgamento. Esse problema é enfrentado por quaisquer criminosos comuns, mas há uma particularidade no caso específico do loucocriminoso: a desresponsabilização do sujeito por seu ato. Pinto e Nascimento 2012a e 2012b já atestaram e debateram o tema e o peso dessa ação para o sujeito, argumentando que, no momento em que um sujeito é desresponsabilizado de sua ação, há um perigo grande de nem sequer poder assumir responsabilidade pelo que fez e seguir com a vida a partir da elaboração desse crime. Tem-se, aí, uma dupla punição: pune-se por cometer um crime e pune-se por existir, visto que se pensa que louco se é. Aqui nos resguardaremos desse direito para, entretanto, explorar a dimensão de índice no sentido semiótico do termo, i.e., analisaremos um manicômio judiciário da mesma forma que analisamos uma fumaça pensando que esta indica fogo.

OBJETIVO

A partir da construção da Memória Social do Hospital de Custódia e Tratamento Heitor, debater/refletir sobre um projeto de sociedade que existe à revelia do sujeito expondo, os modos de exclusão contidos na própria inclusão dos sujeitos. Com isso, observamos, em relação aos espaços (mas não só), a completa exclusão de todos aqueles que vão nele habitar. Em um exemplo simples, boa parte das casas são sempre construídas por outrem, e caso esta construção se dê em um lugar cujos moradores são antigos, sua comodidade é sempre ignorada em favor da construção de novos apartamentos. Nesse sentido, o espaço é pensado tanto à revelia dos futuros moradores (serão intrusos sem o saber, numa provável situação de conflito) quanto dos atuais moradores (que têm seu cotidiano profundamente alterado). Esta, ao que parece, é a relação mais comum com o espaço que temos na contemporaneidade e ao construir a memória do Hospital de Custódia Heitor Carrilho, temos isto de forma mais clara.

13ª JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

METODOLOGIA

Utilizamos a perspectiva fenomenológica, ou seja, tomamos os trabalhos de fenomenólogos como Martin Heidegger e Merleau-Ponty que analisam o problema existencial do homem no mundo, bem como a perspectiva de Marx para analisar a realidade do Manicômio Judiciário e também a realidade social que está em seu entorno. Dentro da obra de Merleau-Ponty, utilizamo-nos especificamente de uma obra que trata do tema ciência, por entendermos que a crítica à ciência pode ser entendida ao capitalismo. Portanto, o que os três autores têm em comum e que utilizaremos aqui é a análise do lugar do homem no mundo frente aos problemas que encontra e as soluções que gera, aos sistemas que cria, etc. Marx aqui é tomado por sua crítica ao capitalismo, na qual aponta para uma completa desconsideração das necessidades básicas do homem por parte de um sistema criado para excluí-lo em prol do lucro; Merleau-Ponty e Heidegger por suas análises da existência do homem frente à ciência e ao espaço ao qual habita.

RESULTADOS

Frente à realidade do manicômio judiciário, o que se observa é que há um agente externo que planeja locais para certos tipos de pessoa, mas esses locais são pensados para um sujeito abstrato que não existe na realidade cotidiana. Um exemplo: pensa-se os louco-criminosos, e o manicômio judiciário para eles sem, entretanto, considerar a particularidade de cada caso. Nesse ponto, as categorias passam a valer mais do que as pessoas que são enquadradas por elas, de modo que um “doente mental” diz respeito a algo desumanizado e não tanto aos pacientes de um manicômio, por exemplo. É assim que vemos uma instituição como o Heitor Carrilho ser fechada sem quaisquer considerações acerca do destino de seus internos que continuam abrigados nela. Isso decorre do modo como a ciência e o capitalismo lidam com a realidade. Ambos lidam a partir do planejamento. O planejamento não abre lugar para a mudança nem para as particularidades, mas trata toda mudança como erro e a particularidade como alteração não desejada. Em um plano, algo que nele não esteja contido é uma variável que ou bem põe o planejamento em cheque ou é considerado completamente sem importância. Merleau-Ponty sintetizou essa relação da ciência com as coisas em uma frase: “a ciência manipula as coisas e renuncia a habitá-las” (Merleau-Ponty, 1984). Essa frase evidencia exatamente o caráter de manipulação presente na ciência natural que, em grande parte, influencia as ciências humanas com seu método impessoal. Isso indica que a ciência tem a necessidade de, antes mesmo de ir para um objeto, tomá-lo como algo. A poesia, múltipla por excelência, não faz qualquer sentido dentro da ciência. Em um experimento, tudo deve ser milimetricamente controlado. O cientista da ciência natural não é atravessado pela realidade de sua pesquisa; antes, é um observador distante que apenas anota objetivamente os resultados, sem qualquer relação de afeto. Como dissemos, o diagnóstico da ciência natural é aplicável ao próprio ato de planejar enquanto tal. A ciência natural não é outra coisa que não sua manipulação das coisas, de modo a retirar dela o seu conhecimento ou o seu recurso a partir da técnica (Heidegger, 2007). Assim, algo vale por aquilo que ele pode me fornecer: de energia, de recurso, de conhecimento para me manter no meio científico. Pensamos que este diagnóstico não se aplica apenas à ciência, mas também ao modo de pensar o social no qual nos vemos mergulhados. Nesse sentido, o social é sempre pensado tendo em vista um homem genérico e, portanto, sempre à revelia de sujeitos particulares. Há sempre um plano acerca do homem, mas nunca acerca dos homens particulares vivendo a realidade cotidiana. Deve “o homem” se adaptar aos ambientes novos que não são criados com suas particularidades em vista para, enfim, sobreviver. Nosso sistema econômico, que engloba todas as formas de satisfação de necessidades e, ao englobá-las, as torna mercadorias (Marx, 2013) é pensado não tanto para satisfazer nossas necessidades, mas sim tendo em vista o lucro e, também, a manutenção desse processo de geração de lucro. Falamos, aqui, portanto, de um momento no qual o homem não vê no mundo a sua casa, mas um ambiente relativamente hostil ao qual deve ou bem dominar ou contra o qual deve lutar para se manter vivendo. Assim, a desresponsabilização do sujeito por seu ato promovida pela instituição manicômio judiciário, tem uma raiz profunda em um modo específico de compreensão da realidade material que se encontra tanto no capitalismo quanto na ciência. Se, por um lado, a determinação/designação de um local específico para o louco-criminoso almeja o estabelecimento da “segurança social” por segregar pessoas que podem, de fato, “ser perigosas para si mesmo e para os outros”, o que se evidencia no momento em que esta instituição é fechada sem o mínimo de planejamento. Vê-se, a partir daí, que o espaço institucional que nunca foi pensado tendo em vista os sujeitos mas, sim, outras coisas, como certa organização da cidade baseada numa higiene. Em última instância, conquanto os louco-criminosos se mantenham esquecidos e isolados, mas nunca tratados, nunca circulando, nunca nos lembrando de sua existência, tudo continua correndo conforme o planejado. Não pensamos, aqui, que essa correlação seja imediatamente observável, de modo que o fechamento da instituição de forma abrupta pode nos fornecer a mediação necessária para chegarmos até ela. O Decreto 44.130 de 20 de março de 2013 legalmente transforma a instituição Heitor Carrilho em um instituto de perícias. Sua publicação se dá de modo a fazer com o que o espaço ainda ocupado por abrigados, ou seja, pacientes louco-criminosos que não têm outro lugar para ir, se mantenham sem destino. Alegamos isto tendo em vista que o processo de institucionalização torna os pacientes dependentes da instituição para atividades básicas como alimentação e, até mesmo, higiene. Toda a corrente de acontecimentos que leva a isso (o fim da instituição), bem como as condições materiais nas quais isso ocorre (condições de saúde já precárias dada a falta de remédios constante, pouco ou nenhum investimento do estado nesse tipo de instituição, etc.) indicam que o contexto social no qual isto se dá é um que fundamentalmente se foca na exclusão dos desviantes. Por desviantes, neste caso específico, entendemos: todos aqueles que entram em conflito com as normas sociais, quer sejam elas estabelecidas pelo Direito, quer sejam elas estabelecidas pela Psiquiatria. Nesse sentido, há certa exclusão desses que são chamados louco-criminosos em prol de certa ordem social da normalidade e da ausência completa de delitos, ambos considerados enquanto falhas do sujeito.

CONCLUSÃO

Não se visa, com o tratamento dado ao louco-criminoso, construir um tratamento que traga o louco-criminoso à vida social, mas, sim, ao esquecimento social. Assim, pensamos que o caráter de esquecimento profundamente marcado nessa compreensão de sociedade – porque um sistema, antes de tudo, esquece as particularidades por ignorá-las deliberadamente – pode ser profundamente reconfigurado – quiçá destruído – num pensamento acerca da sociedade que considere as particularidades

13ª JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

enquanto igualmente dignas de compor a memória e não apenas enquanto dignas de esquecimento. Uma Memória Social assim concebida é precisamente aquela que é pensada enquanto uma escolha deliberada e portanto interessada (Gondar, 2005) e é, assim, um ato político e ético, visto que tem sujeitos concretos que atuam. Nesse sentido, ao manter viva certas memórias, privilegia-se certa compreensão de sociedade e certa compreensão de atos já tomadas quer como destrutivos, quer como construtivos. A contradição presente entre o projeto do Manicômio Judiciário e sua efetivação, ao ser lembrada em um projeto de Memória Social e ao ser evocada em uma comunicação, constrói uma cadeia de memória, colocando a dinâmica do encontro em funcionamento. A memória funciona, portanto, como um processo de resistência a uma realidade que parece se tornar cada vez mais incompreensível e complexa para o sujeito que a experimenta na sua imediatez. Isto posto, ao compormos a memória do Hospital de Custódia e Tratamento Heitor Carrilho, o fazemos sempre de modo a reinterpretar as leis dentro da conjuntura social, a fazer certas combinações diferenciadas das já propostas, com o intuito de produzir outra imagem do loucocriminoso na exata medida em que esta imagem criada pode suplantar a antiga. Pelo caráter processual da memória, sua composição se dá no momento mesmo que se reinterpreta e recria.

REFERÊNCIAS

Brasil. Lei nº 10216 de 6 de Abril de 2001.

Carrara, S. A história esquecida: os manicômios judiciários no Brasil. In: Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano. Centro de Estudos do Crescimento e do Desenvolvimento do Ser Humano da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo. 2010; 20(1): 16-29.

Conselho Nacional de Política criminal e Penitenciária. Resolução Nº 5, de 4 de Maio de 2004.

_____. Resolução nº 4, de 30 de Julho de 2010

Freud, Sigmund. O mal-estar na civilização. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, vol. 21. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

Goffman, E. Manicômios, prisões e conventos. Rio de Janeiro: Perspectiva, 1961.

Gondar, J. Memória, poder e resistência. In: GONDAR, J. e BARRENECHEA, M. A. (orgs.) Memória e espaço: trilhas do contemporâneo. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2003.

Gadamer HG. Verdade e método I: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica. 9ª ed. Petrópolis: Vozes; 2008.

Gondar, J.; Dodebei, V. O que é Memória Social? Rio de Janeiro: Contracapa, 2005.

Heidegger, M. A questão da técnica. Sci. stud. [online]. 2007, v.5, n.3, p. 375-398. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1678-31662007000300006>>. Acesso em: 1 de abril de 2013.

Marx, K. O capital: crítica da economia política. Livro I. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

Merleau-Ponty, M. (1984) O olho e o espírito. In M. Merleau-Ponty: Textos escolhidos (pp 86-111). São Paulo: Abril Cultural.

Pinto, D. S. ; Nascimento, U. M. S. . Caminhos da Memória Social do Hospital de Custódia e Tratamento Heitor Carrilho: uma investigação filosófica. Psicanálise & Barroco em Revista, v. 10, p. 13, 2012a.

Pinto, D. S. ; Nascimento, U. M. S. A liberdade como questão frente às expectativas de (des)internação no Hospital de Custódia e Tratamento Heitor Carrilho: memórias de vidas em movimento. In: V Congresso Internacional de Psicopatologia Fundamental e XI Congresso Brasileiro de Psicopatologia Fundamental 2012, Fortaleza. Anais. - trabalhos completos, 2012b. v. 1. p. 1-7. Disponível http://www.fundamentalpsychopathology.org/uploads/files/v_congresso/p_52_uriel_nascimento_e_diana_de_souza_pinto.pdf

Rio de Janeiro. Decreto nº 44.130 de 20 de março de 2013.. Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 20 de março de 2014.